

161 A RELAÇÃO COM OS BANCOS ESTADUAIS NÃO PODE SER MAIS DE PATERNALISMO
(De André Franco Montoro Filho, assessor do ministro da Fazenda)

Prioridades: corte e privatização.

SÃO OS PASSOS FUNDAMENTAIS QUE O MINISTRO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO DEVERÁ TOMAR, SEGUNDO MONTORO FILHO.

O corte no orçamento da União pode acelerar o programa de descentralização de serviços públicos e a mudança nas relações do governo com os bancos estaduais. André Franco Montoro Filho — assessor informal do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e presidente da comissão diretora do Programa Nacional de Desestatização (PND) — considera essas duas medidas, ao lado das privatizações, essenciais para a estabilização da economia e para o reforço de caixa da União, independentemente de uma reforma fiscal mais profunda a partir da revisão constitucional.

Segundo Montoro Filho, os Estados e municípios hoje têm uma arrecadação superior à da União e podem perfeitamente assumir alguns dos programas sociais do governo, como saúde e educação, “até com mais eficiência”. Com isso, o Estado ficaria responsável pelas diretrizes desses setores em sintonia com governadores e prefeitos, mas sem o repasse de recursos.

Quanto aos bancos estaduais, “a relação não pode ser mais a do paternalismo”, disse. Os demais membros da equipe econômica de Cardoso têm a mesma opinião e são contra a rolagem permanente das dívidas desses bancos junto à União. No que se refere ao repas-

se de setores sociais para Estados e municípios, Montoro Filho tem um forte aliado: o próprio irmão do presidente Itamar Franco, Augusto Franco, que é superintendente do Inamps no Rio. Franco disse que a transferência da rede do Inamps para Estados e municípios “é uma das únicas formas de melhorar a prestação de serviços médicos para a população”.

Para Montoro Filho, a descentralização, a melhoria de relações com os bancos estaduais e a maior velocidade nas privatizações são algumas das âncoras que devem conduzir o País rumo à estabilidade econômica. Muitas dessas mudanças, admitiu ele, dependem da revisão constitucional. “Esse é o desafio que o PSDB assumiu e que deve concluir em 18 meses”.

Na opinião de Montoro Filho, o governo ganhará credibilidade, podendo ampliar ainda mais a rolagem da dívida interna, a partir do momento que “deixar de atuar em setores em que a iniciativa privada tem condições de operar com mais produtividade e competência”. O único projeto social que Montoro Filho defende que seja mantido sob controle do governo é o de combate à fome e à miséria, “que mostram a necessidade urgente da retomada do desenvolvimento”.

Carlos Franco/AE



Privatização e cortes no orçamento são as prioridades de Fernando Henrique Cardoso à frente do Ministério da Fazenda. Para isso, terá que enfrentar a oposição dos partidos e o corporativismo. Mas a experiência da quebra de velhos hábitos políticos já foi tentada com sucesso por seus colegas de partido, Tasso Jereissati e Ciro Gomes, no Ceará, que é hoje o Estado brasileiro com mais sólido perfil fiscal e financeiro, apesar de ser um dos três mais pobres do País.